



Número 73
Agosto de 2008

Inflação e as Campanhas Salariais

DI ESE
DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Inflação e as Campanhas Salariais

Nos últimos meses, o tema da inflação foi objeto de ampla veiculação na mídia nacional. As imagens transmitidas das maquininhas de remarcação de preços nos supermercados reavivaram a triste memória inflacionária do povo brasileiro. Foi dado grande destaque para o recrudescimento dos preços de um conjunto de alimentos básicos de forte impacto nas despesas dos trabalhadores brasileiros, especialmente dos mais pobres. Estas altas encontraram explicações na economia internacional, marcada por uma conjuntura de forte instabilidade de preços de produtos de grande importância no comércio entre os países: grãos, metais e petróleo e seus derivados.

A importância dos produtos alimentícios componentes da cesta básica de consumo popular com preços em elevação, e a intensa exposição dessas imagens pelos formadores de opinião pública geraram um ambiente de um aparente descontrole sobre a trajetória dos preços. Com isso, sugeriram, subjacentemente, o perigo iminente da contaminação altista dos demais preços da economia. No caso brasileiro, entretanto, os índices de preços ao consumidor revelavam claramente uma forte pressão da “inflação de alimentos”, resultante da mudança dos preços relativos internacionais, influenciada pela importante posição do país como exportador de *commodities* (termo, em inglês, para mercadorias e que se refere a produtos primários padronizados), em particular de alimentos. Porém, o país estava e está longe do contexto de uma alta generalizada de preços, tal como se vivenciou em períodos passados da nossa história econômica.

O debate, especialmente por meio da mídia, seguiu com as disputas de visões e interpretações sobre o tema, com grande primazia daqueles que propugnavam medidas mais ortodoxas, ou seja, restritivas ao crescimento. A visão da “inflação de alimentos”, decorrente de um choque externo de preços, foi substituída pela visão da “inflação de demanda”, em que a inflação passa a ser explicada por um suposto desequilíbrio - ou pela ameaça deste - entre a capacidade de oferta e demanda da economia brasileira. Esse suposto desequilíbrio fundamenta-se no crescimento recente da capacidade de consumo dos brasileiros. Assim, não só a pressão externa estaria influenciando na alta dos preços, mas a recente retomada do crescimento econômico interno e suas influências sobre o nível de atividade produtiva e do consumo passaram a ser usados como principais elementos explicativos do fenômeno. Em decorrência, a fonte de preocupação voltou-se para o comportamento dos gastos públicos, dos gastos dos trabalhadores decorrentes do aumento do emprego e da massa salarial, assim como para a expansão do crédito possibilitada por este incremento. E mais, mesmo os dispêndios com inversões, a exemplo do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), passaram a ser mal vistos, sendo também considerados como fator gerador dos desequilíbrios.

Diante deste quadro, prevaleceu o receituário do Banco Central, com o amargo remédio do aumento de juros. Certamente, tal opção de política econômica, ao restringir o

desempenho econômico, poderá ter repercussão negativa sobre o mercado de trabalho e sobre as negociações salariais nos próximos meses. Estes são os temas desta nota técnica.

Caracterização da elevação recente das taxas de inflação

A inflação voltou a preocupar em 2008. O Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, indicador oficial da inflação no país, elevou-se de 3,14 %, ao final de 2006, para 4,46%, ao final de 2007. E atingiu 6,37% no período de 12 meses encerrado em julho de 2008.

A explicação para essa elevação, conforme se busca demonstrar a seguir, pode ser atribuída à expressiva elevação do grupo Alimentação, que compõe os índices de preços ao consumidor. Dentro do grupo destaca-se, especialmente, a forte elevação de preços de importantes gêneros alimentícios, que fazem parte da cesta básica de consumo da família brasileira.

Conforme o Índice do Custo de Vida calculado pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (ICV-DIEESE), os produtos que mais subiram nos desde janeiro de 2007 foram, pela ordem, feijão, farinha de trigo, óleo de soja, carne bovina, arroz, leite *in natura* e pão francês (Tabela 1).

TABELA 1
Variação de preços de alimentos selecionados
Janeiro de 2007 a julho de 2008

Produtos	Variação Acumulada (%)
Feijão	151,00
Farinha de trigo	52,60
Óleo de soja	51,70
Carne bovina	39,40
Arroz	38,70
Leite <i>in natura</i>	30,80
Pão francês	26,00
Total da Alimentação	23,10

Fonte: ICV- DIEESE

Elaboração: DIEESE

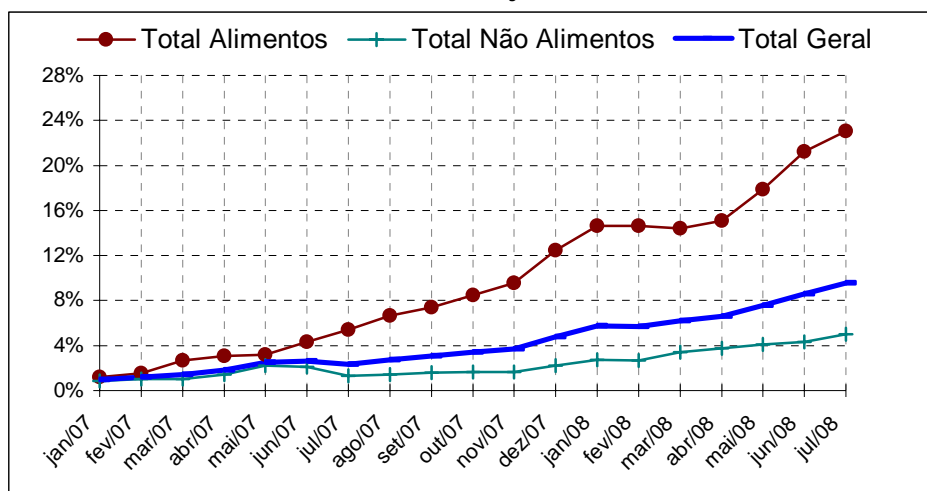
Comparando-se o grupo Alimentação com os demais grupos que integram o cálculo dos índices de preços, pode-se constatar que as variações destes outros componentes do custo de vida apresentaram variações significativamente inferiores em relação ao grupo Alimentação. (Tabela 2 e Gráfico 1).

TABELA 2
Varição dos preços por grupos de despesa
Agosto de 2007 a julho de 2008

Grupos de despesa	IPCA	ICV
Alimentos e bebidas	15,54%	16,08%
Habitação	3,57%	6,30%
Artigos de residência	-0,20%	-
Equipamento Doméstico	-	-1,84%
Vestuário	5,56%	-0,40%
Transporte	3,02%	1,27%
Saúde	5,52%	2,50%
Despesas Pessoais	6,68%	6,85%
Despesas Diversas	-	13,42%
Educação	4,42%	-
Educação e Leitura	-	5,17%
Comunicação	1,12%	-
Acumulado em 12 meses	6,37%	7,04%

Fonte: ICV-DIEESE e IPCA IBGE
 Elaboração: DIEESE

GRÁFICO 1
Varição acumulada por grandes grupos
Janeiro de 2007 a julho de 2008



Fonte: ICV/DIEESE
 Elaboração: DIEESE

O que explica essa elevação dos preços dos alimentos?

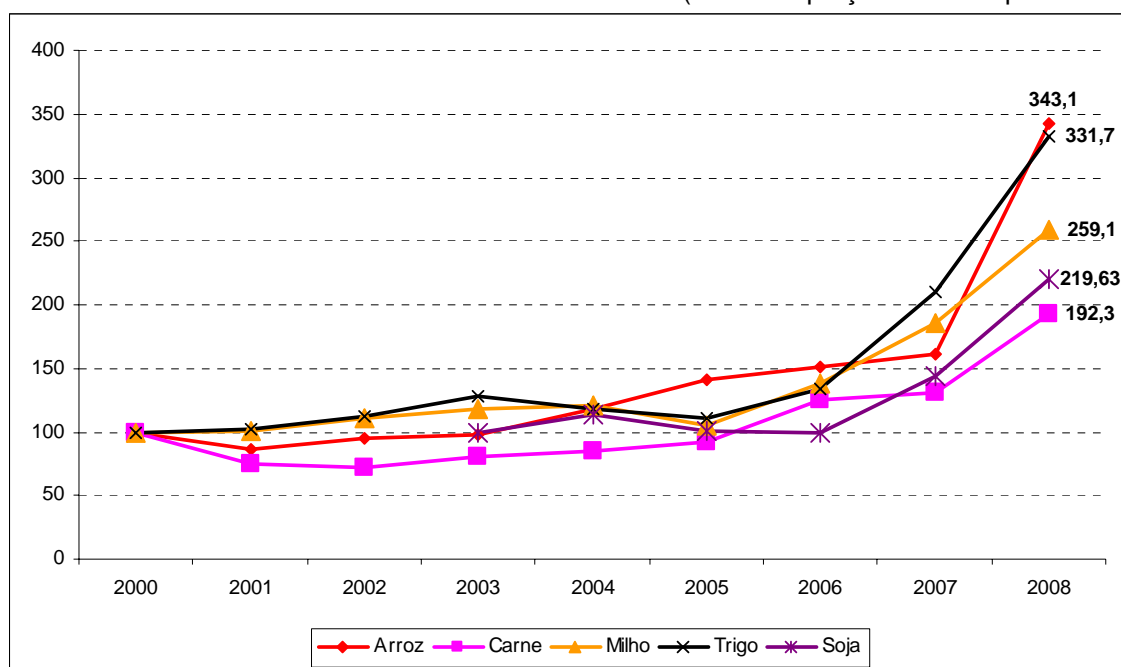
A seguir, encontram-se sintetizadas as causas principais para o chamado choque de preços dos alimentos:

1. Forte aumento do preço internacional do petróleo, com efeitos diretos e indiretos na formação dos preços dos alimentos. Os aumentos nos preços dos insumos agrícolas, fertilizantes e nos meios de transportes pressionam os custos da produção agrícola mundial;

2. Processo de elevação da demanda mundial por alimentos devido à incorporação de novos consumidores, combinado com redução dos estoques verificada em período recente. Diversas regiões do planeta têm contribuído para elevação da demanda, destacando-se China e Índia, pelo tamanho de suas populações.
3. Os preços de várias *commodities* agrícolas são formados no mercado internacional e transmitidos para o mercado doméstico dos países. A taxa de câmbio de cada país pode potencializar ou mitigar esse impacto. As principais *commodities* agropecuárias são: soja, milho, trigo, arroz, carne e algodão. Todas apresentaram expressivos aumentos no período recente.

GRÁFICO 2
Índice de evolução dos preços das principais *commodities*
2000 – 2008*

(índice de preços em dólar por tonelada)



Fonte: FAO

Elaboração: DIEESE

Nota: * Arroz, milho e trigo até agosto de 2008; Carne até maio 2008 e Soja até junho de 2008. **/ Soja (2003=100)

4. A desvalorização do dólar diante das demais moedas tem pressionado para cima a cotação desses produtos, já que o dólar é a principal unidade de medida dos preços internacionais. Em outras palavras, tenta-se compensar a perda de valor da moeda de referência com aumento dos preços;
5. Fundos financeiros buscam aplicações que compensem a perda de rentabilidade com a queda do dólar e dos juros, especialmente nos Estados Unidos. Há, portanto, um componente especulativo que afeta os preços de diversos produtos agropecuários nos mercados futuros, com efeitos imediatos nos preços à vista;
6. Os agricultores buscam recompor suas margens pegando “carona” nessa conjuntura internacional de elevação dos preços e do consumo. É o caso dos produtores de arroz,

feijão e leite no Brasil. Cabe registrar que, no período de 2003 a 2006, os preços dos alimentos foram responsáveis pela manutenção das baixas taxas de inflação o que explica, em parte, esse comportamento atual de recomposição de margens;

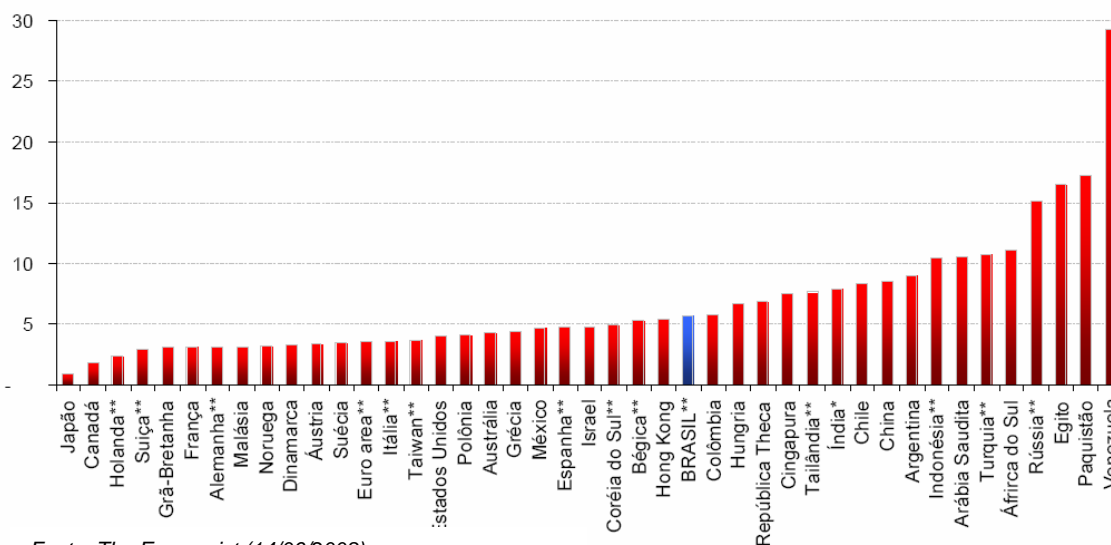
7. A produção de etanol a partir de milho nos EUA potencializou a demanda desse insumo, adicionando outra fonte de pressão sobre o preço desse importante produto agrícola que também é alimento para o consumo humano e para a ração animal.
8. Fatores climáticos adversos contribuíram para a quebra das safras de alguns desses produtos em diversos países.

O diagnóstico sobre as causas da inflação

Embora a taxa de inflação no Brasil tenha se elevado no último ano, nada aponta para seu descontrole. Numa amostra de vários países (Gráfico 3), o Brasil se posiciona entre aqueles com as menores taxas, a despeito do choque externo de preços. No plano doméstico, a atual taxa de inflação em 12 meses (6,37%) também se encontra em patamar muito semelhante às taxas de vários anos desde 2000, reforçando o argumento de que não há um descontrole inflacionário em curso.

Contudo, parcela significativa dos formadores de opinião e dos meios de comunicação tem difundido o diagnóstico de generalização do aumento de preços. Trata-se de avaliação discutível diante das informações disponíveis. Nessa visão, a causa principal dessas elevações de preços seria a demanda interna muito aquecida, superior à oferta de bens e serviços.

GRÁFICO 3
Inflação mundial
Varição acumulada em 12 meses até maio de 2008 (em %)



Fonte: The Economist (14/06/2008)

Elaboração: MF/SPE

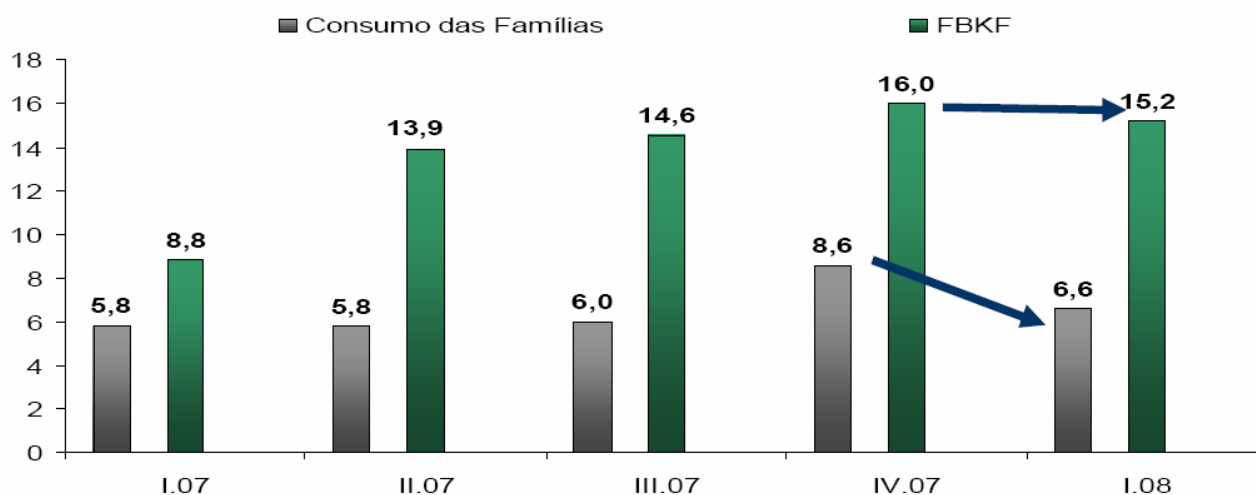
Notas: * Dados relativos a abril de 2008

**Para Brasil, dados do IBGE

Entretanto, as informações disponíveis problematizam esse diagnóstico taxativo sobre o comportamento recente da inflação no Brasil. Destacam-se, entre as principais:

1. A taxa de investimento (formação bruta de capital fixo) vem crescendo em velocidade superior ao crescimento do consumo (Gráfico 4), indicando maior capacidade de ofertar bens e serviços, mesmo num quadro de demanda doméstica em crescimento;

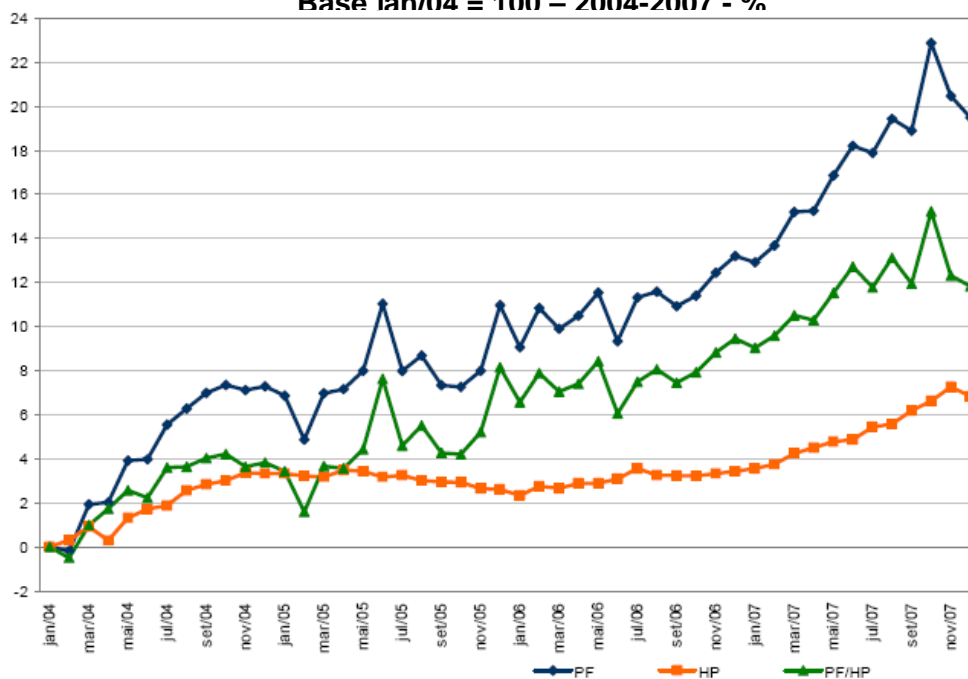
GRÁFICO 4
PIB – Investimentos vs consumo das famílias
(Variação trimestral em relação ao mesmo trimestre do ano anterior)
2007-2008



Fonte: IBGE
 Elaboração: Ministério da Fazenda

2. A safra agrícola bateu recorde em 2007, e deve atingir novo recorde em 2008 segundo estimativas do IBGE e da Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). Não há desabastecimento interno dos principais produtos. Entre os produtos que tiveram forte elevação de preços, o Brasil importa somente o trigo. Nos outros casos (arroz, soja, milho, carne e leite) a produção nacional é superior à demanda doméstica, propiciando o excedente exportável;
3. A economia brasileira é uma economia relativamente aberta. Se necessário, é possível importar para ajustar eventuais desequilíbrios entre oferta e demanda no curto prazo, favorecendo o manejo da política de segurança alimentar. Exemplos disto são o trigo e o arroz, cuja importação tem evitado qualquer desabastecimento. No caso do trigo, medidas de desoneração tributária contribuíram para o recuo recente do seu preço e dos derivados;
4. O salário médio na indústria vem crescendo abaixo da produtividade. Nada indica que os salários estejam exercendo pressão inflacionária ou mesmo alterando, a seu favor, sua participação relativa na renda nacional.

GRÁFICO 5
Taxas de crescimento da indústria geral - produção física (PF), horas pagas (HP) e
produtividade (PF/PH) - Indicador de base fixa com ajuste sazonal
Base jan/04 = 100 - 2004-2007 - %



Fonte: IBGE-PIM-PF e PIMES.

5. As informações do Sistema de Acompanhamento de Salários - SAS/DIEESE mostram, no período recente, um número muito reduzido de categorias profissionais que fecharam acordos com aumentos reais superiores à produtividade ou ao PIB;

TABELA 3
Categorias profissionais com aumentos reais iguais ou superiores
à variação do PIB do ano anterior
2004-2007

Ano	Aumentos reais iguais ou superiores ao PIB		PIB do ano anterior
	Nº Absolutos	%	
2004	291	44,2	1,1
2005	0,0	0,0	5,7
2006	63	9,6	3,2
2007	19	2,7	3,8

Fonte: SAS/DIEESE
 Elaboração: DIEESE

6. A simples observação da evolução do rendimento médio dos assalariados aponta que os rendimentos em 2007, embora tenham apresentado estabilidade com discreta recuperação a partir de 2003, ainda se encontram abaixo dos valores de 2002 (Tabela 4);

TABELA 4
Rendimento médio real* dos assalariados**
2002 a 2007

Anos	PED	PME***
2002	1.223	1.239
2003	1.136	1.146
2004	1.151	1.151
2005	1.153	1.224
2006	1.174	1.197
2007	1.185	1.217

Fonte: DIEESE/SEADE; IBGE

Elaboração: DIEESE

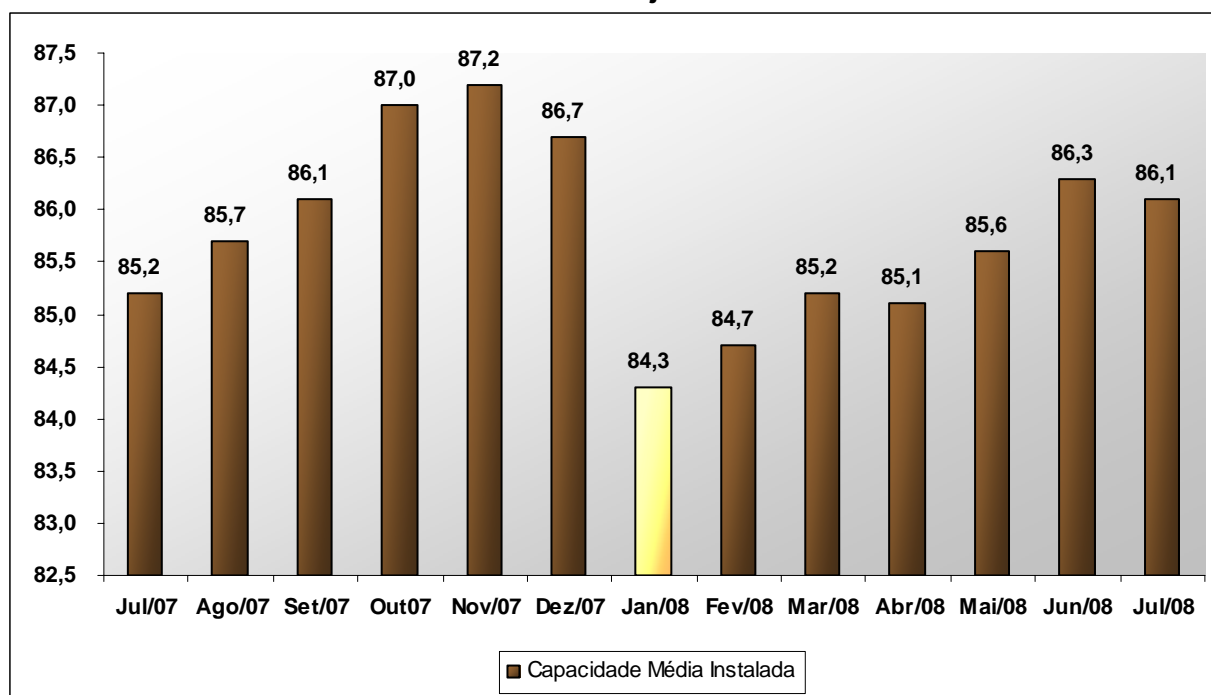
Notas: * Valores de maio de 2008

** PED (assalariados com e sem carteira); PME (empregados do setor privado com carteira)

*** Em 2002, é considerado o período de fevereiro a dezembro

7. A utilização da capacidade na indústria vem se mantendo em patamares altos, porém estáveis. Esse indicador permite acompanhar a maturação dos investimentos, assegurando que a maior capacidade de produção faça frente à demanda em expansão, fortaleça as expectativas de crescimento sustentado e torne mais equilibrada a pressão para elevação dos preços.

GRÁFICO 6
Utilização média da capacidade instalada
Julho de 2007 a julho de 2008



Fonte: FGV

Elaboração: DIEESE

Diagnósticos e medidas adotadas

As divergências sobre as causas da elevação da inflação nos últimos meses e sobre como intervir na economia podem conduzir a resultados muito diferentes no curto prazo, com impactos significativos sobre a população em geral e sobre os trabalhadores em particular.

O diagnóstico de que o país vivencia uma inflação de demanda vêm justificando a tradicional política de elevação dos juros básicos (Selic) conduzida pelo Banco Central. O objetivo anunciado é esfriar a economia nos próximos meses, promovendo a desaceleração do PIB em 2009. As diversas atas das reuniões divulgadas pelo Comitê de Política Monetária (Copom), composto pela diretoria do Banco Central, apontam para o diagnóstico de inflação de demanda (sem deixar de reconhecer o cenário externo adverso) e para a intenção de conduzir de forma restritiva a política monetária visando reposicionar a taxa de inflação medida pelo IPCA dentro das metas definidas pelo Conselho Monetário Nacional – CMN. Ou seja, o objetivo do Copom é mirar o centro da meta (4,5% ao ano) e atingi-la já em 2009.

Os impactos dessa política de elevação dos juros básicos são negativos e previsíveis para o crescimento sustentado, tanto no curto como no médio prazo, conforme experimentado em anos anteriores.

No curto prazo, a elevação dos juros reais no Brasil torna atraente as aplicações financeiras em títulos brasileiros, o que atrai capital externo. Os títulos brasileiros estão entre os mais rentáveis do planeta. Pratica-se aqui, há muito tempo, uma política monetária que mantém os juros reais (descontada a inflação) entre os mais altos do mundo. Não surpreende que o real tenha sido a moeda que mais se valorizou diante de uma cesta de moedas nos últimos anos.

TABELA 5
Índices de taxa de câmbio real* e de taxa de câmbio efetiva real**

Utilizando o IPA como deflator - Base Dez/03 = 100

Período	R\$/US\$	R\$/Iene	R\$/Aladi***	R\$/Europa	R\$/Cesta de 13 moedas
2004	96,1	92,1	96,0	94,8	95,7
2005	81,8	73,4	83,6	78,2	80,9
2006	76,1	63,5	79,7	73,5	75,9
2007	68,1	55,2	73,0	69,9	69,9
Junho de 2008	56,6	49,9	61,8	60,3	59,5

Fonte: Funcex

Elaboração: DIEESE

Notas: *Relação entre a moeda nacional e de outros países

** taxa de câmbio descontada a inflação

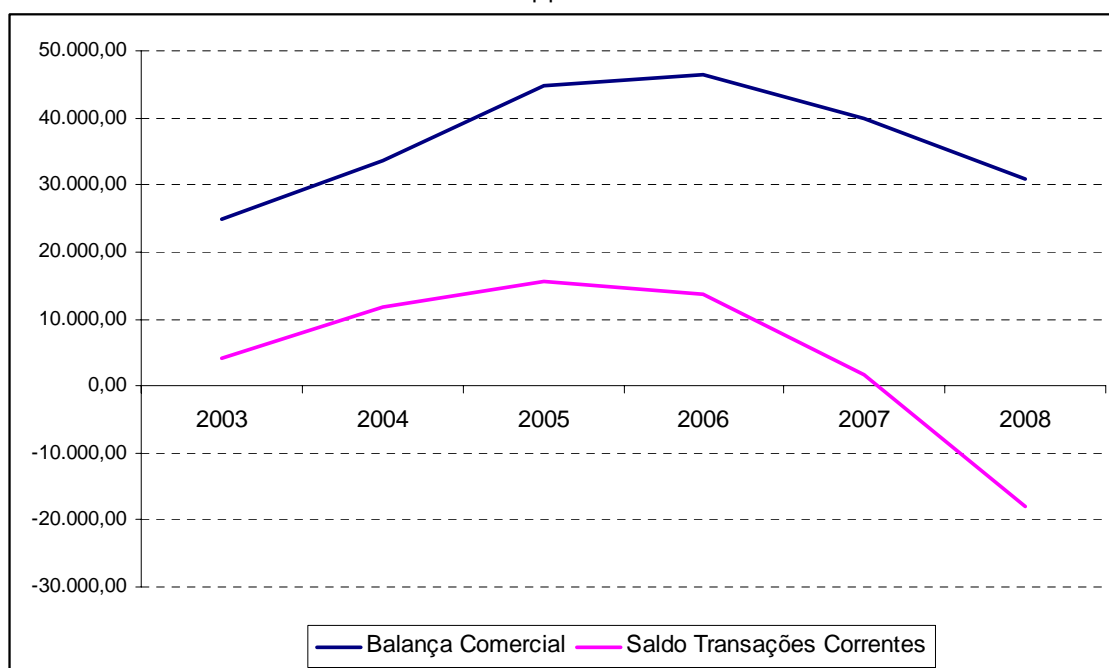
*** Refere-se aos países da Associação Latino-Americana de Desenvolvimento e Intercâmbio

Essa valorização do real já vem apresentando resultados negativos para a economia brasileira. O saldo da balança comercial, diferença entre exportações e importações, vem caindo sistematicamente no período recente.

O resultado de transações correntes, diferença entre os fluxos de recursos que entram e saem do Brasil (comércio, serviços, remessas), voltou a apresentar déficits depois de cinco anos de resultados positivos (Gráfico 7).

Um déficit crescente em transações correntes pode indicar dificuldades para o financiamento das contas externas da economia brasileira, sobretudo se houver uma reversão da atual conjuntura de valorização das *commodities* agrícolas e metálicas que o país exporta.

GRÁFICO 7
Saldo de transações correntes* e da Balança comercial (FOB)**
U\$\$ Milhões



Fonte: Bacen e MDIC

Elaboração: DIEESE

Notas: *Até junho de 2008 (acumulado em 12 meses)

** Até julho de 2008 (acumulado em 12 meses)

Embora os riscos do desequilíbrio externo pareçam pequenos, não se deve desconsiderar a possibilidade de reversões abruptas nos fluxos de capitais diante da instabilidade do mercado financeiro internacional. Tampouco se deve descartar, liminarmente, aquilo que se costuma denominar de “comportamento de manada”. Numa eventual convergência de avaliações negativas sobre o risco de financiamento do atual déficit externo, pode ocorrer uma fuga de capitais com efeitos imprevisíveis sobre a taxa de câmbio (desvalorização do real) e sobre a inflação.

Outro fator de risco não deve ser ignorado na atual conjuntura. Uma possível elevação dos juros nos EUA em algum momento nos próximos meses, certamente agravaria a condição de financiamento do balanço de pagamentos do Brasil.

Os impactos da trajetória ascendente dos juros sobre a dívida pública brasileira são imediatos. Estima-se que cada ponto percentual de crescimento na taxa básica de juros pode acrescentar, anualmente, 0,5% do Produto Interno Bruto (PIB) ao estoque da dívida, ou seja,

algo como 13 bilhões de reais. É uma conta que se arrasta para o futuro e pode exigir novas metas ampliadas de superávit fiscal para impedir seu descontrole. O resultado é o enrijecimento do orçamento fiscal para o pagamento de juros da dívida, sacrificando outros gastos e investimentos e comprometendo o futuro crescimento da economia. A elevação da taxa de juros, a partir de um patamar já alto, pode comprometer a continuidade do processo de expansão dos investimentos públicos e privados, que são condições necessárias para superar gargalos produtivos, gerar empregos e viabilizar um desenvolvimento mais justo.

No curto prazo, a política de juros altos não parece ser efetiva para influenciar o comportamento da inflação, dadas as causas apontadas anteriormente. A contenção da demanda doméstica e a valorização do real não são capazes de derrubar a cotação do petróleo e das *commodities* agrícolas e metálicas. Esses preços podem manter-se no atual patamar ou até subir mais. Justificam esse cenário pressões estruturais de demanda e da oferta mundiais, que favorecem, ademais, movimentos especulativos. Nesse caso, pode-se configurar o “pior dos mundos”: desaceleração da economia e inflação, isto é, a chamada estagflação, que perdurou, nos anos 1970, em vários países.

O Brasil está “blindado” contra a crise internacional?

Os riscos para a economia brasileira se ampliaram nos últimos meses em função, especialmente, do agravamento do quadro externo. Apesar disso, o Brasil encontra-se melhor posicionado para enfrentá-los nos próximos meses e anos. Ressalte-se que o país está muito próximo de atingir a auto-suficiência na produção de petróleo e derivados. As descobertas anunciadas recentemente de novos campos reforçam a posição de autonomia energética do país. E ampliam os graus de liberdade da política de preço interna para os produtos derivados do petróleo. A elevação da produção de etanol com base na cana-de-açúcar caminha na mesma direção.

A agricultura brasileira pode dar respostas rápidas para garantir o consumo e os excedentes para exportação em praticamente todas as atividades agrícolas.

Ademais, a recente desaceleração (desde o final de julho) dos preços do petróleo e de diversas *commodities* agrícolas, no mercado internacional, contribui para a estabilidade ou desaceleração dos preços dos alimentos no mercado doméstico, revertendo o clima de incertezas observado no primeiro semestre do ano.

Por último, mas não por fim, as reservas cambiais de aproximadamente US\$ 200 bilhões permitem enfrentar com mais segurança (ainda que não completamente) fluxos negativos de saída de recursos para o exterior. É possível, assim, reduzir a vulnerabilidade do país em situações de ataques especulativos contra a moeda nacional.

A inflação e os trabalhadores

Está implícito no diagnóstico expresso nas atas das reuniões do Copom o risco de que os aumentos de salários possam disseminar a inflação e transmiti-la para o futuro. No entanto, tal preocupação parece infundada diante dos dados disponíveis e do diagnóstico sobre a causa básica da aceleração inflacionária recente, ou seja, o choque externo tratado nas seções anteriores. Cabe aprofundar essa avaliação para entender o cenário que se avizinha para as negociações coletivas.

Na visão do Copom, a demanda estaria superaquecida principalmente por conta do aumento dos salários, expansão do emprego, ampliação do crédito e dos gastos públicos. Nesse quadro, coerente com a avaliação do Copom, seria prudente que os empregadores não concedessem reajustes e aumentos acima da inflação registrada pelos índices de preços ao consumidor nas negociações dos próximos meses. Ou, se concederem, que não repassem esses aumentos para os preços. Note-se que com a elevação dos juros, os seus efeitos defasados talvez promovam uma pequena desaceleração da atividade econômica no segundo semestre de 2008. Contudo, o desempenho econômico previsto para 2008 aponta para a continuidade dos bons resultados das empresas em termos de vendas e lucros. Os indicadores do primeiro semestre foram bastante favoráveis e, mesmo na hipótese de uma ligeira retração no segundo semestre, devem confirmar um ano de excelentes resultados para a atividade produtiva. Em conjunturas como essa há margem, não só para a preservação do poder de compra dos salários, bem como para a conquista de aumentos reais.

A atual inflação, causada principalmente pela elevação de preços dos alimentos essenciais ao consumo das famílias dos trabalhadores, impõe uma perda de poder aquisitivo proporcionalmente maior ao segmento da população de mais baixa renda.

Não se trata, então, de minimizar a importância do combate à inflação.

O questionamento principal dirige-se ao diagnóstico.

Não é aceitável elegerem os salários e os empregos para pagar essa conta. Se houver um forte desaquecimento da economia, a geração de empregos vai diminuir, o desemprego vai aumentar e as negociações coletivas vão ficar mais difíceis.

E, tudo isso, em nome do combate a uma inflação importada!

Do ponto de vista dos trabalhadores e do movimento sindical, a terapia de enfrentamento deve passar por políticas que estimulem a oferta de alimentos.

Deixar ao mercado a regulação de preços dos gêneros alimentícios essenciais é bastante arriscado para assegurar a oferta desses produtos. É fundamental construir um conjunto de políticas agrícolas que garantam a oferta e estabilizem preços (preços mínimos, estoques reguladores). Em outras palavras, regular publicamente o abastecimento interno desses bens em nome da segurança alimentar da população.

Conclusão: essa conta não é dos trabalhadores

A manutenção da estabilidade dos preços é importante para os trabalhadores. Em ambientes inflacionários os rendimentos do trabalho sempre sofrem com a perda do seu poder de compra. Quanto maior a inflação e o processo de aceleração do aumento de preços, maior será a corrosão do valor do salário real. Porém, apenas tal estabilidade não basta. O melhor cenário para a negociação coletiva é aquele que combina crescimento econômico e baixas taxas de inflação. Levando em conta o conjunto da população brasileira, é preciso que a economia se desenvolva e que o objetivo prioritário da política econômica se volte para o chamado desenvolvimento sustentável, ou seja, crescer gerando empregos e promovendo a distribuição de renda, com inclusão social e preservação ambiental.

O diagnóstico que restringe o debate apenas à identificação da inflação de demanda atribui aos salários parte da responsabilidade pelo aumento dos preços, ou pela suposta ameaça da continuidade do eventual processo inflacionário. Esse diagnóstico fomenta um ambiente negativo para os trabalhadores. Primeiro, por dificultar as negociações salariais, fortalecendo a visão da necessidade da contenção salarial para frear a demanda. Segundo, por interromper o crescimento do emprego ao promover a redução da atividade econômica.

O crescimento econômico do país entre 2004-2007 fez-se à taxa média de 4,5%, representando um alento aos trabalhadores à medida que propiciou a geração de empregos formais e a expansão da massa salarial. Esse movimento de fortalecimento da atividade produtiva encontrou, no mercado interno e externo, a resposta necessária e premente para a restauração de uma estrutura produtiva diversificada e compatível com uma nova configuração do consumo, menos concentrada. A reversão desta tendência, através do aumento da taxa de juros, poderá representar uma mudança de rota indesejada na política econômica recente. Apesar da queda recente de diversos indicadores de inflação (seja em índices do custo de vida, seja em índices gerais), o Banco Central tem emitido sinais de que persistirá com o processo de elevação da taxa de juros, na tentativa de controlar os reajustes de preços por via da contenção do emprego e dos salários e de impor aos trabalhadores o ônus do ajuste.

Os trabalhadores não devem aceitar que os custos do combate à inflação lhes sejam transferidos, especialmente se considerado que o bom desempenho do mercado de trabalho revela os acertos, e não os erros, das medidas implementadas, cuja continuidade será de extrema importância para o combate à pobreza e para a sustentação das expectativas sobre o futuro que embasam os planos de investimento dos setores produtivos.

Ressalte-se, ainda, que a elevação da taxa básica de juros nos últimos meses vem promovendo uma transferência direta de renda para os setores que são credores da dívida pública interna. Bancos, empresas, fundos financeiros e indivíduos de renda mais alta são diretamente beneficiados, colocando em cheque os efeitos das políticas distributivas (salário mínimo, bolsa família, entre outras), e agravando o quadro da concentração de renda no Brasil.

Diante deste cenário, as ações sindicais em suas negociações coletivas deveriam estar voltadas, especialmente, para:

- reposição da inflação entre as datas-base e negociação de aumentos reais de salários;
- valorização dos pisos salariais das categorias como forma de proteger os menores salários;
- utilização de índices que reflitam a variação dos alimentos para correção dos benefícios ligados à alimentação (vale refeição/ alimentação, cesta básica);
- ampliação da adoção destes benefícios nos acordos;
- abonos salariais que protejam os trabalhadores de menores salários.

Ainda no plano das negociações coletivas, não se deve ignorar que os índices de preços que melhor representam a cesta de consumo dos trabalhadores estão apresentando variações superiores ao IPCA, indicador oficial de inflação e que leva em conta a estrutura de consumo de famílias com renda até 40 salários mínimos. Isso ocorre porque o peso que o grupo Alimentação tem na composição desses outros índices é maior. Até julho de 2008, o INPC apresenta uma variação acumulada em 12 meses de 7,56% em comparação aos 6,37% do IPCA. Nesse momento, é fundamental negociar a reposição das perdas por índices que reflitam melhor o peso e a elevação de preços dos alimentos no orçamento das famílias dos trabalhadores como é o caso do INPC.

A presença sindical no debate público sobre o combate à inflação deveria contemplar medidas propositivas, que visassem a estabilização dos preços e a proteção dos rendimentos por meio da ampliação da produção, tais como:

- incentivo e proteção à agricultura familiar produtora de alimentos;
- estabilização de preços através da elevação da oferta de bens e serviços, incluindo alimentos;
- ampliação das taxas de investimento, notadamente público, que garantam a infraestrutura necessária ao desenvolvimento sustentado da economia;
- rediscussão do papel institucional do sistema financeiro visando ampliar o papel do crédito produtivo no Brasil;
- participação do movimento sindical em espaços institucionais de decisão da política econômica, como por exemplo, o Conselho Monetário Nacional, onde se estabelece metas de inflação no regime atual.

Rua Ministro Godói, 310
CEP 05001-900 São Paulo, SP
Telefone (11) 3874-5366 / fax (11) 3874-5394
E-mail: en@dieese.org.br
www.dieese.org.br

DIEESE

Direção Executiva

João Vicente Silva Cayres – Presidente
Sindicato dos Metalúrgicos do ABC
Carlos Eli Scopim – Vice-presidente
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Material Elétrico
de Osasco e Região
Tadeu Moraes de Sousa - Secretário
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais
Elétricos de São Paulo e Mogi das Cruzes
Antonio Sabóia B. Junior – Diretor
SEE Bancários de São Paulo, Osasco e Região
Alberto Soares da Silva – Diretor
STI de Energia Elétrica de Campinas
Zenaide Honório – Diretora
Sindicato dos Professores do Ensino Oficial de São
Paulo (Apeoesp)
Pedro Celso Rosa – Diretor
STI Metalúrgicas, de Máquinas, Mecânicas, de
Material Elétrico de Veículos
e Peças Automotivas de Curitiba
Josemar Alves de Souza – Diretor
Sindicato dos Eletricitários da Bahia
José Carlos de Souza – Diretor
STI de Energia Elétrica de São Paulo
Carlos Donizeti França de Oliveira – Diretor
Femaco – FE em Serviços de Asseio e
Conservação Ambiental Urbana
e Áreas Verdes do Estado de São Paulo
Mara Luzia Feltes – Diretora
SEE Assessoramentos, Perícias, Informações,
Pesquisas e Fundações Estaduais do Rio Grande do
Sul
Josinaldo José de Barros – Diretor
STI Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais
Elétricos de Guarulhos, Arujá, Mairiporã e Santa
Isabel
Eduardo Alves Pacheco – Diretor
Confederação Nacional dos Trabalhadores em
Transportes da CUT - CNTT/CUT

Direção técnica

Clemente Ganz Lúcio – diretor técnico
Ademir Figueiredo – coordenador de estudos e
desenvolvimento
José Silvestre Prado de Oliveira – coordenador de
relações sindicais
Nelson Karam – coordenador de educação
Francisco J.C. de Oliveira – coordenador de pesquisas
Claudia Fragozo dos Santos – coordenadora
administrativa e financeira

Equipe técnica responsável

Ademir Figueiredo
Marcos Aurélio Souza
Rosane Maia
Sérgio Mendonça

Equipe Técnica de apoio

Cornélia Nogueira Porto
Frederico Melo
Ilmar Ferreira Silva
Paulo Jager
Iara Heger (revisão)